



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12721 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016: perfil, práticas educativas e trajetórias de secundas

Luís Antonio Groppo - Universidade Federal de Alfenas

Luiz Carlos Felizardo Junior - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015 E 2016: PERFIL, PRÁTICAS EDUCATIVAS E TRAJETÓRIAS DE SECUNDAS

Resumo: A pesquisa aqui relatada busca conhecer o perfil de estudantes que ocuparam suas escolas no movimento estudantil de 2015 e 2016, assim como as influências dessa experiência política nas trajetórias políticas e escolares de tais estudantes. Para tanto, foram realizadas 80 entrevistas semiestruturadas, em 2019 e 2020, em dez estados do país. Tendo como referencial o conceito de subjetivação política de Rancière, foram analisados os dados e os relatos produzidos por estas entrevistas, tendo como principais resultados o perfil popular, feminino, LGBTQIA+ e independente do movimento, assim como poderosa influência na construção de projetos na educação superior pública.

Palavras-chave: movimento estudantil, subjetivação política, trajetórias.

Introdução

“Secundas”, abreviatura de secundaristas – antiga denominação para estudantes de Ensino Médio – é a forma como adolescentes que ocuparam suas escolas públicas de Educação Básica no Brasil em 2015 e 2016 se autodenominaram. É um elemento que já anuncia o processo de subjetivação política, descrito abaixo, quando uma categoria a princípio funcional se transfigura em categoria política. A pesquisa aqui descrita tratou das ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016, entrevistando, entre 2019 e 2020, 80 secundas em dez estados, ao menos um de cada região (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Goiás e Pará).

Seu objetivo geral era compreender as influências de ter ocupado sua escola, de ter sido secunda e ter se constituído como sujeito político, considerando as trajetórias escolares e políticas pós-ocupação. A pesquisa tinha a expectativa de conhecer como um processo sociopolítico tão potente como esse, que afetou quase todas as unidades da federação, pode

provocar influências em médio prazo em adolescentes que se envolveram no movimento, especialmente em suas formações políticas e trajetórias escolares, que serão as mais destacados nesse trabalho.

O principal fundamento teórico da pesquisa foi a noção de subjetivação política e de política como “dissenso” ou “desentendimento” segundo Jacques Rancière (1996). O encontro com esses conceitos e sua aplicação para pensar os processos de formação política em adolescentes e jovens se devem a Castro (2009), que, com base em Rancière, propôs que a construção de sujeitos políticos na juventude é um processo complexo, criativo e relacional; o processo conta com ativa participação de tais adolescentes, configurando-se como autoconstrução tanto quanto uma co-construção em suas relações com pessoas adultas. Em Rancière (1988), a subjetivação política se constitui como categoria filosófica a partir de sua reflexão de como se forma o “proletariado” entre a classe operária europeia no século XIX: esse sujeito político coletivo nasce da conversão de uma categoria meramente econômica e funcional – o operariado – em um sujeito político – o proletariado, que envolvia não apenas operárias e operários, mas também pessoas e organizações apoiadoras da pequena burguesia, entre outras. Outros exemplos trazidos por Rancière (1996) são o movimento dos plebeus na Roma Antiga, o movimento feminista desde o século XIX e Maio de 1968. Em seu cerne, a subjetivação política cria sujeitos coletivos durante o verdadeiro momento da política, a saber, como momento de dissenso ou desentendimento, quando pessoas tidas como inferiores ou externas à comunidade política se revelam como portadoras de ação e fala genuínas, afirmando a igualdade política entre todos os humanos; nesse momento, ainda que por pouco tempo, se rompe a ordem social e a partilha do sensível que os poderes “policiais” vigiavam, buscando separar as pessoas em categorias desiguais na ordem social.

Metodologia

Para a realização da pesquisa, foi constituída uma equipe que envolveu 18 instituições de educação superior. A equipe de pesquisa foi dividida em dez equipes locais, cada qual abrangendo um dos estados onde foram feitas as entrevistas com secundas, envolvendo 64 pessoas em suas diferentes fases.

Em etapa inicial da pesquisa, levantamento bibliográfico encontrou 157 produtos acadêmicos sobre as ocupações secundaristas, entre artigos, livros, capítulos, teses e dissertações. A seguir veio a principal etapa, entrevistas semiestruturadas com 80 secundas nos dez estados onde foi realizada a pesquisa. Após a aprovação pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos e a entrevista-teste, foi definido o roteiro, com 31 questões divididas em quatro partes: trajetória escolar; formação política; experiência da ocupação; e trajetória pós-ocupação; o roteiro finalizava pedindo alguns dados socioeconômicos à pessoa entrevistada.

As pessoas entrevistadas foram contatadas por meio de redes acadêmicas e políticas dos membros das equipes locais. Como critério de recrutamento, a ou o secunda deveria ter tido uma participação significativa no movimento da ocupação. A amostragem não tinha caráter quantitativo, mas qualitativo, ou seja, buscou-se uma diversidade na condição das e dos secundas, garantindo a presença de mais mulheres do que homens (já que elas foram a maioria das lideranças e da base do movimento), assim como evitando selecionar secundas apenas de capitais e apenas militantes de entidades estudantis e organizações partidárias (que foram importantes, mas não deram a tônica do movimento) e, finalmente, buscando não apenas quem foi liderança, mas também quem atuou na base das ocupações. Tivemos menos sucesso em encontrar secundas de escolas periféricas, que estão sub-representadas em nossa amostra, considerando o enraizamento e a disseminação do movimento. 58 entrevistas foram realizadas de modo presencial, em 2019 e no início de 2020. 21 foram feitas de forma remota, após o início da pandemia da Covid-19.

Apesar de seu cunho qualitativo e não-aleatório, a amostra tem certa representatividade e os dados quantitativos extraídos têm valor para a análise geral, complementando interpretações orientadas pela análise qualitativa. Para a análise, foi usado o software MaxqDa.

Análise e discussão dos resultados

Das 80 pessoas entrevistadas, tivemos 45 mulheres, 33 homens e duas não binárias; como dito, a primazia das mulheres foi intencional, buscando garantir o que a pesquisa bibliográfica e observações diretas da equipe já haviam demonstrando: um movimento feminino e fortemente orientado pelo feminismo; mas foi relevante também o encontro com pessoas não binárias. Em relação a cor/raça, 38 pessoas se declararam como pretas e pardas (negras), 38 como brancas, uma indígena e três não declararam; esses dados, ao lado dos relatos, permitem afirmar que o movimento permitiu uma representatividade equivalente de pessoas negras em relação às brancas; ainda que as pautas étnico-raciais tenham sido secundárias em comparação com outras pautas, elas estiveram presentes, principalmente nas atividades formativas. Em relação à orientação sexual, 46 pessoas se declararam LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Transsexuais, Queer, Intersexos, Assexuais, Pansexuais e mais), 26 heterossexuais, 4 não sabiam e 4 não declararam; esses dados, além dos relatos, demonstram que, com as ocupações, pessoas LGBTQIA+ puderam participar ativamente de atividades realizadas na escola, destoando de cotidianos muitas vezes opressivos e discriminatórios; relatos demonstraram também a importância das pautas relativas à orientação sexual, perdendo em importância apenas para as pautas educacionais (as oficiais do movimento) e as de gênero (informadas pelo potente feminismo secundarista); a participação ativa permitiu a diversas das pessoas LGBTQIA+ uma maior e melhor compreensão de sua orientação sexual, assim como levou muitas pessoas heterossexuais a refletir sobre seus preconceitos.

Com base em pesquisas sobre o movimento estudantil e organizações partidárias da esquerda (como GROppo et al., 2020), é possível afirmar que o movimento das ocupações secundaristas avançou muito, em sua dinâmica interna, na quebra de discriminações de gênero, raça e orientação sexual que persistem nas organizações clássicas de esquerda, presentes principalmente nos momentos decisórios e na definição de ocupantes de cargos de direção; nas ocupações secundaristas, mulheres ocuparam as posições de liderança, negras e negros atuaram de forma equivalente (inclusive na liderança) e pessoas LGBTQIA+ puderam ter atuação livre e visibilidade que a própria escola em seu cotidiano tende a coibir. Veremos ainda que o movimento das ocupações se caracterizou como largamente popular, inclusive nos postos de liderança.

A gente percebeu que, majoritariamente, quem ocupava a escola eram mulheres, mulheres negras e LGBTQIA+. Quem estava à frente das ocupações eram essas pessoas, com essas identidades, o que é muito interessante. Elas e eles são os maiores marginalizados dentro da escola, mas que naquele momento disputaram a ativa e dirigiram a ocupação. (Gustavo, Paraná, entrevista).

Foi perguntado sobre quem foi a pessoa ou organização mais influente na formação política, antes das ocupações. Como era possível fazer mais do que uma indicação, tivemos 124 respostas. A categoria professora/professor e escola foi a mais frequente, com 60 respostas (48,4%); a seguir, a militância (partido, juventude partidária e movimento estudantil), com 27 respostas (21,8%); família e responsáveis apareceram em 23 respostas (18,6%); outras instituições e pessoas tiveram dez respostas (8%) e iniciativa própria, quatro pessoas (3,2%). Nos surpreendeu a importância da categoria docente e escola que, com o cotejo dos relatos, indica a atuação politizadora de docentes de forma individual, destacadamente de Sociologia, seguido de outras ciências humanas, como História; quase nunca, exceto em alguns relatos de estudantes de escolas periféricas do Espírito Santo, a formação política é efeito de projeto político-pedagógico da escola ou do sistema educacional; quase sempre é de parte da

docência, muitas vezes na contracorrente das demais ações pedagógicas.

Buscando caracterizar socioeconomicamente as e os secundas, consideramos dados informados sobre renda familiar, escolarização e profissão de responsáveis, para definir quatro estratos e distribuir quem entrevistamos neles. Os resultados são os seguintes: estrato médio alto – 5 pessoas; estrato médio baixo – 16; estrato popular I – 33; e estrato popular II – 26. Se era esperado que o movimento tivesse presença majoritária de estudantes das classes populares, nos surpreendeu que, proporcionalmente, as lideranças vieram mais dos estratos populares, algo que inverte a tendência de organizações de esquerda e entidades estudantis; a tendência foi a de que pessoas dos estratos médios atuassem na base ou como apoio do movimento.

Os relatos e a análise dos dados permitem listar o que chamamos de principais aprendizados das e dos secundas, que podem ser sintetizados em: politização de si e da vida; projetos para a educação superior; relações de gênero; orientação sexual; relação com as famílias; e concepção de religião e filiação religiosa. Dado o espaço, traremos aqui dados apenas sobre os dois primeiros aprendizados.

A politização de si e da vida não aparece necessariamente na forma de engajamentos em organizações políticas. Apesar de apenas um secunda ter declarado o voto no candidato vencedor das eleições presidenciais de 2018, não houve aumento nas filiações a organizações políticas formais de esquerda. A politização em sentido progressista aparece na disposição de participar de protestos progressistas, na atuação intermitente em algumas organizações, coletivos e campanhas, na participação em projetos de extensão universitária e ações culturais, que foram apontados como aquilo que lhes pareceu possível e significativo, em um momento (entre 2019 e 2020), de grande deriva do país à direita.

Mais significativa foi a influência da experiência de ocupar nas trajetórias educacionais. 59 pessoas (73,4%) cursavam a educação superior, mais da metade em universidades públicas, em parte relevante admitindo a influência das ocupações na decisão. Ser secunda contribuiu na construção de projetos na educação superior pública, com sentido social e político, não apenas individual.

Eu agradeço as ocupações por me mostrarem que há possibilidade de fazer um processo de ensino e aprendizagem saudável, participativo, democrático, dialético, pedagógico mesmo, e as ocupações foram fundamentais para a escolha da minha profissão e para a forma que eu vejo minha profissão hoje. (Esperança, Espírito Santo, entrevista).

Parte relevante dessas influências políticas e educacionais vieram das atividades formativas promovidas durante as ocupações nas escolas, além da própria experiência da luta política, da organização e da resistência.

Na ocupação a gente tomou para si a escola de uma forma que a gente queria. Então a gente discutiu coisas que muitas vezes eram taxadas como tabu, seja pela direção da escola, seja pelos professores. (Daniel, 2019, Rio Grande do Sul, entrevista).

A partir de questão sobre os temas debatidos nas atividades formativas, encontramos 323 menções a conteúdos, distribuídos nas seguintes categorias: pautas identitárias, percorrendo gênero, orientação sexual e raça/etnia (73 menções, ou 22,6%); arte, artesanato e cultura (69 menções, ou 21,4%); conteúdos curriculares (49 menções, ou 15,2%); pautas do movimento (44); política e direitos (43); educação (11); orientações profissionais e educação superior (9); saúde e sexualidade (6); outros (4).

Considerações finais

Podemos caracterizar o movimento das ocupações como uma ação coletiva secundarista

largamente popular, feminina, LGBTQIA+ e independente, com a participação respeitada de forma igualitária de pessoas negras, assim como o apoio de pessoas vindas das classes médias, homens, heterossexuais e organizações políticas. Demonstrou-se a grande importância da formação política prévia das e dos secundas por sujeitos da escola, principalmente docentes, menos por projetos institucionais, mais pela atuação individual de docentes.

Finalmente, as ocupações secundaristas foram uma ação coletiva que teve não apenas caráter político, mas também educacional. Melhor ainda, a potência política do movimento transbordou as instituições e os espaços políticos e impactaram as trajetórias de vida das e dos secundas, em especial na construção de projetos na educação superior.

Referências

CASTRO, Lúcia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**. v. 25, n. 4, 2009, p. 479-487.

GROPPO, L. A. et al. **Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas**: política, educação, cultura e religião. 1. ed. São Carlos/SP: Pedro & João, 2020.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, J. **A noite dos proletários**: arquivos do sonho operário. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.